

## **A reestruturação do complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina no período 1990-2000**

Marlon Clovis Medeiros \*

### **Resumo**

O Impacto da abertura de mercado no governo Collor ocasionou aumento considerável das importações de arroz e um agravamento da crise financeira da agricultura. Em SC vem ocorrendo por um lado, uma concentração de grande parte da produção em torno de alguns grupos empresariais e cooperativas e por outro uma pulverização da produção entre um grande número de pequenos estabelecimentos de beneficiamento.

Embora a área plantada tenha sofrido alguma redução no Vale de do Itajaí (10,7%) e no litoral Norte (9,0%), avançou no Sul catarinense (32%) e a produtividade média do arroz em SC passa de 2,5 ton/ha em 1980 para 5,6 ton/ha em 1997/98. As maiores agroindústrias do arroz de SC automatizam a produção e aumentam a capacidade produtiva. Esta evolui de aproximadamente 650.000 toneladas/ano em 1980 para 1.350.000 em 1998.

**Palavras Chave:** complexo agroindustrial do arroz, abertura de mercado, reestruturação dos grupos econômicos.

---

\* Professor do curso de Geografia da UNIOESTE-Campus de Francisco Beltrão-PR. Mestre em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente (mcmedeiros@yahoo.com.br).

## **Abstract**

The market overture impact, in the Collor Government, caused an enlarging of rice imports, and financier crises in agricultural sector. On one hand there has been, in Santa Catarina and in Rio Grande do Sul a concentration of a large part of the rice production in some enterprising groups and cooperatives, and, on the other hand, a spreading of the production between a great number of small establishments of refinement.

Although the planted area has suffered some reduction at Vale do Itajaí (10,7%) and in the North coast (9,0%), it has gone further in the south of Santa Catarina (32%) and the average productivity of the rice in Santa Catarina rose from 2,5 ton/ha in 1980 to 5,6 ton/ha in 1997/98. The major rice agricultural industries of Santa Catarina automate the production and increase the productive capacity. So, they evolved approximately, from 650,000 ton/year in 1980 to 1,350,000 in 1998.

## **Introdução**

Nas últimas duas décadas, vem chamando a atenção no estado de Santa Catarina, o intenso crescimento das atividades agrícolas, agroindustriais e industriais, não obstante a crise que abateu-se sobre o país na década de 1980 (“a década perdida”) e na década de 1990 (abertura no governo Collor e recessão pós-plano Real)<sup>1</sup>. No período 1980-95, a produção industrial nacional cresceu 27,2%, enquanto a de Santa Catarina, no mesmo período cresceu 40%, superada apenas por Minas Gerais com aumento de 41%.

Os setores produtivos foram duramente afetados pelas recentes crises financeiras, mas ao contrário do que se pode

---

<sup>1</sup> No período 1980-90, o PIB brasileiro apresentou pequeno crescimento de 1,8% ao ano, enquanto o PIB industrial cresceu a taxas de 1,4% ao ano. Isto contrastou profundamente com o desempenho da economia brasileira na década anterior, 1970-80, em que o PIB cresceu a taxas de 8,2% ao ano e o PIB industrial 13,1% ao ano (dados de Cunha, 1997).

esperar, não cessaram os investimentos. O setor agrícola catarinense apresentou taxas de crescimento e desenvolvimento tecnológico inesperadas, dado a retração do crédito durante as décadas em questão.

Em fins da década de 1970 e início de 80, a agricultura participava com 16,7% da renda estadual. Os principais produtos responsáveis pelo Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA) eram o milho (22,43%), suínos (16,38%), aves (11,72%), soja (7,09%), arroz (5,06%), fumo em folha (4,82%), leite (4,38%), mandioca (4,04%) entre outros.

No decorrer das décadas de 1980 e 90, a participação da agricultura na renda estadual permanece em torno dos 17,4%, enquanto o setor agroindustrial passa de aproximadamente 11% em 1980, para 19% em fins dos anos 90. Os principais produtos no VBPA atualmente são: aves (21,9%), suínos (17,8%), milho (10,3%), fumo (9,9%), bovinos (6,8%), leite (6,3%), maçã (6,2%), arroz (5,05%), feijão (4,1%), soja (3,4%)<sup>2</sup> entre outros.

A participação dos complexos agroindustriais no PIB de Santa Catarina variou de 61,55% em 1985 para 59,9% em 1995, no mesmo período, no Rio Grande do Sul varia de 48,65% para 38,27%, enquanto no Paraná, de 56,07% para 33,36%. Em termos absolutos, manteve crescimento constante em Santa Catarina, decresceu 21% no Rio Grande do Sul e 40% no Paraná (Montoya, Oltramari et al, 2001).

No período 1985-95 o melhor desempenho dos setores industriais de Santa Catarina foi o da indústria alimentar que cresceu 8,01%, contra 6,13% do setor mecânico, 5,52% do setor elétrico e de comunicação e 1,14% de papel e papelão (Cunha, 1997).

O crescimento da produção e da renda agrícola nos chama mais atenção com a diminuição da área agrícola total e do número de estabelecimentos agrícolas em SC. No período de 1980-96, a área agrícola decresce 22%, enquanto o número de

---

<sup>2</sup> Cálculos próprios a partir de dados do instituto CEPA.

estabelecimentos diminuí 15,5%<sup>3</sup>. Estes decréscimos representam por um lado o avanço de áreas urbanas sobre áreas agrícolas, em especial nas regiões como Blumenau, Joinville e Florianópolis, o que possibilita a valorização das terras agrícolas ao serem transformadas em urbanas, estimulando seus proprietários a vendê-las ao invés de permanecerem na produção agrícola.

Por outro lado, o avanço da produtividade agrícola permitiu um aumento considerável da produção em áreas menores e com menos trabalhadores. Este fato, somado à atração exercida pelos empregos urbanos, uma vez que a indústria catarinense expandiu-se consideravelmente na década de 1980, gerou um abandono das atividades rurais por um contingente de aproximadamente 170 mil trabalhadores no período 1985-96<sup>4</sup>.

Estas transformações geram algumas questões importantes, em especial ao levarmos em conta o crescimento apresentado pelo complexo agroindustrial de arroz, produto voltado ao mercado nacional, normalmente considerado como de baixo padrão tecnológico, sem apoio estatal e desinteressante aos capitais agroindustriais.

Caso estas características se demonstrassem efetivas, como explicar que em SC, a rizicultura realizada predominantemente em propriedades familiares de 20 a 50 hectares transformou-se profundamente nas últimas décadas. Embora a área plantada tenha sofrido alguma redução no Vale do Itajaí (10,7%) e no litoral Norte (9,0%), avançou no Sul catarinense (32%) e a produtividade média do arroz em SC passa de 2,5 ton/ha em 1980 para 5,6 ton/ha

---

<sup>3</sup> Elaboração a partir de dados constantes no Atlas de Santa Catarina (1986) e CEPA (1997).

<sup>4</sup> Censo Agropecuários do IBGE, 1985 e 1996. No entanto, o estoque empregos formais, no mesmo período, cresceu 49,2% no setor agrícola, superado somente pelo setor de construção civil, que evoluiu 62,1%. Em outros setores houve decréscimo acentuado dos empregos formais, como na indústria extrativa mineral (-57,9%), indústria de transformação (-8,3%), comércio e serviços (-3,2%) (dados extraídos de Cunha, 1997).

em 1997/98, superando a produtividade do RS (CEPA, 1997). A produção por sua vez evolui 93,7% no mesmo período<sup>5</sup>.

As agroindústrias de arroz também avançaram consideravelmente no mesmo período, tanto em termos técnicos, com a introdução de equipamentos automatizados e eletrônicos quanto em termos de capacidade produtiva. Esta evolui de aproximadamente 650.000 toneladas/ano em 1980 para 1.350.000 em 1998<sup>6</sup>.

Santa Catarina tornou-se segundo produtor nacional de arroz irrigado, com aproximadamente 13,8% da produção nacional (atrás apenas do RS que produz 73% do arroz irrigado no Brasil<sup>7</sup>).

### **Formação e evolução**

A *modernização da agricultura em propriedades familiares* e o surgimento de *agroindústrias beneficiadoras de arroz* em Santa Catarina não podem ser entendidos em sua especificidade sem que analisemos o processo de ocupação do estado de Santa Catarina em pequenas propriedades policultoras e suas relações com os comerciantes de produtos agrícolas os *vendeiros*, que viriam a transformar-se em beneficiadores da produção.

Por sua vez, as transformações desta realidade local relacionam-se aos processos nacionais de industrialização, urbanização e modernização da agricultura.

As raízes do complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina encontram-se nos imigrantes italianos que trouxeram a cultura do arroz irrigado e suas técnicas de beneficiamento; nos impulsos dos mercados consumidores do sudeste; e nas condições de comercialização no estado que possibilitaram aos comerciantes

---

<sup>5</sup> Dados dos Censos Agropecuários do IBGE (1985 e 1995) e CEPA (1997).

<sup>6</sup> Dados de CEPA (1981) e informações do Sindicato das Indústrias de Arroz de Santa Catarina- SINDARROZ.

<sup>7</sup> Dados do Anuário Brasileiro do Arroz, 2000.

(italianos, alemães e luso-brasileiros) um controle sobre os produtores agrícolas e a criação de engenhos de beneficiamento especializados.

No entanto, na década de 1960 estes engenhos de arroz perdem espaço com o surgimento de agroindústrias do arroz criadas por comerciantes de maior porte e por produtores mais abastados. Assim, neste período, o complexo agroindustrial de arroz em Santa Catarina começa a tomar formas mais definidas.

As Empresas Agroindustriais de arroz em Santa Catarina passaram por várias fases de desenvolvimento, sendo que três conjuntos de estratégias de expansão ganharam destaque: 1) obtenção de matérias primas com regularidade, qualidade e preços baixos; 2) conquista e manutenção de mercados de outras regiões; 3) composição do capital.

Estas estratégias foram utilizadas como principais formas de aumento da lucratividade e expansão das empresas.

Os períodos de desenvolvimento do complexo agroindustrial de arroz de SC assinalados são os seguintes:

a) O período de 1960-1980 caracterizou-se pelo intenso crescimento das cidades catarinenses, bem como dos grandes centros consumidores brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, que constituíam-se no principal mercado dos produtos alimentares de Santa Catarina. Isto leva o Estado a criar medidas para a modernização do setor agrícola. Estas visavam o aumento da produção (via aumentos de produtividade), a inserção do produtor de forma direta no mercado consumidor de insumos e o estímulo à expansão agroindustrial. Assim, são criados os serviços de extensão rural, implantam-se no Brasil indústrias de insumos e equipamentos agrícolas e oficializa-se o Sistema Nacional de Crédito Rural- SNCR.

A partir deste período, surgem diversos estabelecimentos agroindustriais por todo o estado, casas de banha, laticínios, engenhos de arroz, de mandioca, entre outros e os estabelecimentos que já existiam vão encontrar condições estruturais e estímulos estatais para sua expansão. Estes estabelecimentos passam a

beneficiar produtos com maior valor agregado, gerando uma mudança no padrão produtivo.

No âmbito do arroz, ocorre o surgimento de agroindústrias, em contraste com os engenhos até então existentes. Estas indústrias desenvolveram-se lentamente neste período inicial, sem significativos investimentos em expansão da capacidade produtiva e tecnologias. Sua consolidação, no caso das empresas particulares ocorreu por meio das vantagens de preços conseguidas pelo arroz macerado e por estratégias de redução de custos na aquisição de matéria-prima.

Posteriormente, o Estado amplia sua atuação através da pesquisa agropecuária estadual e federal, e em termos apenas federais com as políticas de AGF, EGF e na década de oitenta o Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (Pró-Varzeas).

b) No período 1980-90, as agroindústrias de arroz em SC passam por intensa expansão da capacidade produtiva, pela incorporação de novas tecnologias de produção, novas estratégias de comercialização da produção e conquista de mercados consumidores. A evolução da produção agrícola do arroz, em termos de formas de cultivo e sementes melhoradas, cria uma expectativa de aumento da produção por parte das indústrias, que ampliam sua capacidade produtiva. Várias indústrias do arroz, que vinham crescendo a ritmos lentos, ampliam sua capacidade de beneficiamento, constroem novas unidades e evoluem seu processo produtivo, como a Indústria e Comércio de Arroz Fumacense (Morro da Fumaça) que constrói uma segunda unidade produtiva e a Urbano Agroindustrial (Jaraguá do Sul), que constrói uma unidade produtiva em São Gabriel (RS).

No entanto, como a expansão das empresas foi mais acelerada do que o crescimento da produção agrícola e do consumo do arroz pela população, os preços pagos aos produtores passam por elevação e as indústrias apresentam capacidade ociosa.

Nesta década surgem dois novos agentes no complexo agroindustrial de arroz: as cooperativas de crédito rural e de

irrigação. As de crédito rural surgem como alternativa aos produtores em virtude da extinção do crédito subsidiado estatal. As de irrigação surgem para viabilizar a construção e manutenção das estruturas de irrigação impulsionadas pelo Pró-Várzeas.

A qualidade e produtividade inferiores do arroz do Sul catarinense, em relação ao Vale do Itajaí e Norte catarinense, levam a pesquisa agropecuária e a extensão rural, com apoio das cooperativas da região a intensificar os trabalhos de mudança no sistema de plantio, sistematização da irrigação e a procurar por sementes adaptadas às condições de solo e clima.

As cooperativas agrícolas dedicadas ao arroz, como Coopersulca (Turvo), Cooperjuriti (Massaranduba) e Coapeme (Meleiro), em resposta ao aumento da produção agrícola investem prioritariamente na ampliação da capacidade de armazenagem de arroz.

### **A reestruturação na década de 1990**

A década de 1990 marca uma profunda transformação em toda a economia nacional. A abertura do mercado no governo Collor, com a retirada de barreiras a importações, tanto de produtos agrícolas quanto industriais, associada aos confiscos de poupança leva a um quadro de recessão e desemprego em todos os setores produtivos. Este desajuste estrutural afeta o setor agrícola pelo seu lado mais frágil, a capacidade de financiamento, seja para custeio, comercialização ou investimentos. Durante o governo Collor, as Aquisições do Governo Federal (AGF), como parte da política de garantia de preços mínimos, chegam próximo de zero. Estes fatos somados as importações de arroz a preços subsidiados levam a agricultura a grave crise financeira.

Em Santa Catarina, a fusão da Acaresc, Empasc e Acarpesc, dando origem à Epagri, retira a autonomia e boa parte dos recursos da extensão rural e da pesquisa agropecuária.

Com estas transformações na sociedade brasileira, surge uma proposta de análise que reconhece a importância da teoria do Complexo Agroindustrial (CAI), para explicação do período 1960-

80, mas questiona sua aplicabilidade para o atual momento (Miranda Costa, 1995).

Seu argumento central é o de que os três elementos que caracterizavam o CAI deixaram de efetuar seu papel nas décadas de 1980-90, retirando o papel explicativo da teoria, a saber: 1) a utilização de tecnologias da revolução verde; 2) o papel diretivo do Estado na economia; 3) a integração agricultura-indústria.

Embora esta argumentação aponte importantes elementos de ruptura do contexto da modernização da agricultura (1965-80) como o distanciamento do Estado com relação à agricultura e agroindústria, os demais elementos continuam a representar o mesmo papel central.

As atuais tecnologias agrícolas são uma continuidade da revolução verde (sementes melhoradas, fertilizantes, defensivos, mecanização agrícola), e mesmo aquelas que se apresentam como novas, como a agricultura orgânica e os transgênicos surgem do debate em torno da revolução verde.

A integração agricultura-indústria, longe de cessar aprofundou-se nos setores já integrados (avicultura, citricultura, cana) e mesmo naqueles em que a integração direta era mais fraca como no caso do arroz.

Logo, a atual situação da agricultura brasileira apresenta diversos elementos de continuidade e também de ruptura com o período inicial da modernização agrícola, que por um lado exigem novos instrumentos analíticos (empresas-rede) como propõe Miranda Costa (1995), mas por outro abrem espaço para uma rediscussão da teoria da modernização da agricultura e dos complexos agroindustriais.

Perante este quadro, chama a atenção o fato de que a introdução de novas cultivares de arroz pela pesquisa agropecuária, o investimento dos produtores agrícolas em novos métodos e tecnologias e o investimento das agroindústrias arroseiras em aumento da capacidade produtiva e em tecnologia, ao invés de estagnarem, aumentaram consideravelmente em SC.

Pelas informações que obtemos, este fato apresenta quatro razões principais:

- a) as cooperativas agrícolas constituíram-se em suporte financeiro aos produtores, garantindo a compra da produção e vendendo insumos a crédito;
- b) ocorre uma união entre o setor privado (agroindústrias, cooperativas, sindicatos) e a pesquisa agropecuária oficial (Epagri), para continuidade do desenvolvimento e introdução de cultivares;
- c) o comportamento conservador das agroindústrias de arroz, que por um lado, marcou uma expansão lenta, por outro as protegeu das inseguranças do mercado financeiro, garantindo capital próprio para investimentos;
- d) as agroindústrias e a produção agrícola, fortalecidas por investimentos anteriores em tecnologias e descoberta de novos mercados, continuaram em expansão. A exemplo do que vinha ocorrendo nacionalmente, ocorre um aprofundamento da integração técnica agricultura-indústria.

Assim, não houve paralisação dos investimentos. O crescimento do complexo agroindustrial de arroz em Santa Catarina nas décadas de 1980 e 90 acompanhou o crescimento que vinha ocorrendo de maneira geral nos complexos agroindustriais no Brasil.

Após o fim do crédito rural subsidiado na década de 1980, os produtores e cooperativas continuavam obtendo financiamentos a juros baixos com certa facilidade. Esta situação prossegue até a implantação do plano real em 1994. Com a forçada e repentina queda da inflação, todo o sistema financeiro altera sua estratégia.

Acostumados a obter ganhos com a inflação, os bancos aumentam drasticamente as taxas de juros para manterem seus rendimentos. A correção monetária, que em período anterior defendia os ganhos das empresas transformara-se em inimigo implacável, a falsear o volume dos faturamentos e dívidas. As

cooperativas vêm, então, suas dívidas se agigantarem e sua capacidade de endividamento estrangular-se.

A situação inverte-se, a imobilização de capital que garantia crescimento no período inflacionário (com dinheiro barato para inversões) tornava-se agora um peso excessivo. Isto marca uma abrupta reestruturação dos grupos econômicos catarinenses.

As agroindústrias arroseiras que haviam passado por intenso crescimento da capacidade produtiva e investido em patrimônio (não produtivo) na década anterior, não têm a expansão esperada do mercado consumidor, levando-os à ociosidade de capacidade.

As cooperativas, acostumadas a trabalhar com operações financeiras de curto prazo (duplicatas, cheques) para aquisição de insumos vendidos aos produtores e para a compra da produção dos associados, aumentam significativamente sua dependência do sistema financeiro. Mesmo com o mercado favorável para o arroz, o crescimento da produção e do faturamento não acompanha o ritmo dos encargos financeiros.

As agroindústrias privadas de arroz, que apresentavam alto índice de reinvestimento e recebavam obter alavancagem via mercado financeiro, não acumularam dívidas da mesma maneira que as cooperativas. Assim, continuaram durante a década de 1990, a investir em aumento da capacidade produtiva e incorporação de novas tecnologias.

A Urbano Agroindustrial expande sua atuação na produção de arroz e consolida um processo de conglomeração. Por meio de uma parceria de sua subsidiária, a Transportes Franzner com um administrador de empresas e um analista de sistemas que haviam sido demitidos de uma fábrica de equipamentos para seleção de grãos, cria a Selgron- Indústria e Comércio de Máquinas Ltda em Blumenau. Esta especializa-se na fabricação de selecionadoras eletrônicas de grãos, com tecnologia de ponta, em parte importada e em parte desenvolvida pelos técnicos da empresa.

Em 1996, a Selgron adquire a seção de empacotamento da Rocel Indústria de Máquinas Ltda. e inicia a fabricação de empacotadeiras automáticas para grãos, em pacotes de 5 kg.

Com a expectativa de aumento de consumo após o plano Real, a Urbano amplia as unidade de São Gabriel e Jaraguá do Sul. Constrói nova unidade produtiva em Meleiro, no Sul catarinense, que inicia suas atividades no ano de 2000 e inicia construção de nova unidade no município de Sinop-MT, com início das operações previsto para 2002. Com isto, torna-se a segunda indústria nacional do arroz, atrás apenas do grupo Josapar, de Pelotas-RS.

Aprofundando sua participação no ramo alimentício, adquire uma indústria de café, a “Café Bauer”, em Jaraguá do Sul e a “Fecial”, fabricante de alimentos à base de mandioca em 1994.

A conglomeração de capitais é uma das características mais fortes do capitalismo monopolista (Sweezy, 1977), em que um grupo econômico explora as vantagens, sejam técnico-produtivas, financeiras ou políticas, de atuar em diferentes ramos produtivos. No caso das atividades agrícolas, os processos de conglomeração tornaram-se mais significativos no Brasil, em especial a partir dos anos 1970, quando são criados diversos incentivos estatais para que grupos urbanos invistam em atividades agrícolas e agroindustriais.

Neste período, a crescente urbanização e o II PND, ampliam um mercado consumidor de alimentos, que interessará a capitais que se encontravam ociosos em outros setores.

Além disto, o conglomerado constitui-se em uma estrutura de poder, com amplo espaço de negociação e pressão sobre o Estado, no sentido de viabilizar investimentos e financiamentos. Assim, na década de 1990, a Urbano Agroindustrial dispôs de recursos do BNDES para ampliação das unidades de Jaraguá e São Gabriel e para investimentos em equipamentos na Selgron.

A Indústria e Comércio de Arroz Fumacense (Morro da Fumaça) constrói em 1994, nova unidade com capacidade de beneficiamento de nove toneladas/hora. Como forma de aumento

de vendas, abandonam a estratégia de contratar vendedores próprios para atuarem nas diversas regiões brasileiras e abrem espaço para representantes de vendas com empresas e estrutura de transporte próprias. Contam com mais de 50 representantes distribuídos por todo o Sul, Sudeste e parte do Nordeste brasileiro.

A Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense-Coopersulca (Turvo), que havia passado por grande expansão e diversificação na década de 1980, adentra a década de 1990 num ritmo menos intenso. O grande número de associados gera despesas com compra de matéria-prima que ficam extremamente oneradas com o aumento das taxas de juros. Ao mesmo tempo, a produção dos associados não supre toda a capacidade produtiva da unidade industrial, dobrada em 1998. Pela falta de capital de giro para compra de arroz de terceiros, a Coopersulca acumula capacidade ociosa e dívidas.

A Cooperativa Agropecuária de Tubarão- Copagro apresentava menor dependência do mercado financeiro encontrando espaço para crescer. Adotou a estratégia de especialização em um produto, investindo em produtividade do produtor agrícola, selecionando os produtores mais tecnificados e buscando mercados em outros estados. Assim, diminuiu gradativamente o número de associados para 150 em 1990.

Entre as estratégias de incentivo à modernização do produtor podemos destacar: a) fornecimento de insumos básicos como sementes, fertilizantes e defensivos; b) intermediação junto a bancos para concessão de crédito e aquisição de equipamentos pelos associados; c) investimentos no aumento da capacidade industrial de beneficiamento de 10 mil toneladas para 20 mil toneladas; d) aperfeiçoamento do processo produtivo do arroz branco e evolução do Macerado para o Parboilizado.

Com estas estratégias, a Copagro no período 1990-98, sem aumentar o número de associados, dobrou seu faturamento, aumentou em 133% a quantidade de arroz efetivamente beneficiado (de 7,5 mil ton. para 17,5 mil), aumentou em 65% a produtividade da lavoura de seus associados (de 3,5 ton/ha para 5,8

ton/ha). Seu arroz não é comercializado em Santa Catarina, sendo consumido em São Paulo (60%) e Paraná (40%).

Atualmente, a cooperativa possui projeto para ampliação e modernização de seu processo produtivo aguardando recursos do RECOOP (Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras)<sup>8</sup>. Prevê duplicar o número de associados e a capacidade produtiva e triplicar o faturamento.

A Cooperativa Agrícola Mista Juriti- Cooperjuriti (Massaranduba) continua os investimentos iniciados em aumento da capacidade de armazenagem e secagem, com a construção de um conjunto com moega, pré-limpeza, silo pulmão e secador. Em 1992 constrói mais dois silos armazenadores e instala, em quatro silos, um sistema automático de controle de aeração, que propicia maior qualidade na conservação dos grãos. Em 1994 inicia a construção de nova unidade de beneficiamento de arroz, ainda em andamento.

Em 1998 em virtude da apresentação de projeto de investimento e reestruturação ao Recoop, inicia processo de fusão com a Cooperativa Agrícola Mista Itajara Ltda (Itajara) de Jaraguá do Sul, a qual também trabalha com arroz. A fusão foi estimulada pelo comitê do Recoop, mas seu principal motivo foi a proximidade das duas cooperativas, em municípios vizinhos e a perspectiva de redução de custos com a utilização em comum das estruturas produtivas. Com a fusão, a Itajara desaparece enquanto cooperativa autônoma, sob a Cooperjuriti (Wilke, 2001).

Com a recente filiação da Cooperjuriti à Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina- Fecoagro, esta passa a beneficiar-se da estrutura de comercialização da Federação, com isto a fusão garante maior capacidade produtiva exigida.

Nas áreas produtoras de arroz, as cooperativas de crédito rural e de irrigação ampliam o número de associados e sua área de atuação, estimulando o surgimento de novas unidades.

---

<sup>8</sup> Ao todo foram apresentados ao Recoop 306 projetos de todo o Brasil, sendo 29 de Santa Catarina. O programa prevê um volume de investimentos R\$ 2,97 bilhões. (jornal a Notícia, 30/06/99).

No Sul catarinense em Jacinto Machado, como consequência das transformações por que passava a cultura do arroz surge em 1992 a Cooperativa de Crédito Rural de Jacinto Machado- Credija, e em 1994 a Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado- Cooijam. Estas atuam juntamente com a Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado- Cooperja, no apoio aos produtores de arroz.

Nos aspectos da origem e aplicação dos recursos, há características interessantes a serem observadas. A Credicrivil, a Credija e a Credisulca apresentam um comportamento expansivo, trabalhando com grande volume de recursos de terceiros. A Credicrivil trabalha com 45% de repasses, a Credija utiliza 17%, enquanto a Credisulca trabalha com 75% de repasses.

Nesta década, as cooperativas de crédito rural deixam de atuar somente na função para a qual foram criadas, exercendo papel de banco de investimento para os recursos dos associados. A Credija aplica atualmente apenas 22% de seus recursos em crédito rural, destinando 13% para investimentos na cooperativa e 64% em outros investimentos. A Credisulca destina 56% dos recursos para crédito rural, 6% para investimento e 38% para outros fins. A Credicrivil destina 45% para crédito rural, 8% para a cooperativa, 22% para investimentos e 25% em outros investimentos<sup>9</sup>.

Não obstante o bom desempenho da lavoura de arroz no VBPA (é o oitavo produto no VBPA total e o terceiro no VBPA das lavouras temporárias) e a expansão das agroindústrias de arroz, a agressividade de expansão e diversificação das agroindústrias de outros setores, como por exemplo suínos e aves, não manifestou-se no complexo do arroz. Neste complexo não há grupos de projeção nacional, sua representatividade é regional (Fumacense- Sul de Santa Catarina e Urbano Agroindustrial- Nordeste catarinense).

O estilo gerencial conservador e a pequena elasticidade-renda do arroz, inibiram saídas mais agressivas dessas empresas para outras regiões e investimentos em novos produtos derivados

---

<sup>9</sup> Dados de OCESC, 2001.

do arroz. Como vimos, a exceção é Urbano Agroindustrial que expandiu suas atividades por diversos setores e regiões do país.

As principais inovações neste complexo iniciaram-se nas lavouras, para depois forçarem uma mudança nas indústrias. As lavouras agregaram novas tecnologias, aumentaram sua produtividade e a área plantada. Com a utilização de novas cultivares (espécies de arroz) desenvolvidas pela pesquisa agropecuária, surge um novo grão com características diferentes que força as indústrias a modificarem seus equipamentos e processos produtivos.

Recentemente, com os filhos dos fundadores das empresas assumindo os negócios, e com a defasagem de matéria-prima para as indústrias de arroz de Santa Catarina, que levou a aumento do custo da matéria-prima e capacidade ociosa das instalações, os empresários vem mudando seu comportamento em relação à pesquisa agropecuária.

Até início da década de 1990, a introdução de novos cultivares era vista com certa resistência, em virtude da exigência de mudanças no processo produtivo que estas pudessem ocasionar. No entanto, os preços mais altos do arroz catarinense e a necessidade de expansão da produção, via aumentos de produtividade, obrigam o empresariado arrozeiro a adotar outras estratégias. Com os resultados conseguidos na década anterior, em aumento de produtividade pela pesquisa agropecuária, os empresários arrozeiros passam a ver a pesquisa como uma nova forma de controle sobre a produção, e não mais como um empecilho.

Com o abandono do governo estadual em relação à pesquisa agropecuária desde início da década de 1990, no governo Wilson Kleinubing, o Sindarroz firma convênio com a Epagri, para o financiamento da pesquisa por novas cultivares mais produtivas de arroz. Através do Programa de Qualidade Total do Arroz Parboilizado Catarinense, passou a destinar percentual de sua receita ao investimento na Epagri.

Com isto, o aumento de produtividade, em virtude de novas cultivares difundidas na década de 1990, e a expansão da área cultivada em virtude dos bons preços no mercado, levaram a um aumento significativo da produção catarinense. Este aumento levou a uma diminuição da dependência das indústrias catarinenses quanto à matéria-prima de outros estados e à diminuição dos custos de produção.

Embora a produção total do arroz catarinense seja equivalente a apenas 60% da capacidade industrial instalada, está muito próxima da quantidade efetivamente beneficiada, uma vez que a indústria de arroz em SC apresenta uma capacidade ociosa de aproximadamente 30%.

Esta proximidade da produção da lavoura/capacidade de beneficiamento vem ocasionando uma reversão da situação favorável que acompanhava o arroz, em termos de preços pagos ao produtor. Com uma maior oferta de matéria-prima no mercado catarinense, somado à matéria-prima do RS e MT (que vem apresentando uma produção crescente), os preços vem declinando continuamente.

### **Considerações finais**

Na década de 1990, o impacto da abertura comercial e das transformações políticas no governo Collor atingem diretamente o complexo agroindustrial de arroz. A entrada de arroz importado a preços subsidiados, ocasiona um dumping da produção de arroz nacional, que tem estoques acumulados de uma safra à outra.

As paralisações das operações de AGF deixam o caminho aberto para que as indústrias de arroz determinem preços ao produtor e sobrecarregam as cooperativas agrícolas, que compram a produção também de produtores não associados.

A extinção da ABCAR pelo governo federal e a conseqüente fusão da EMPASC, ACARESC e ACARPESC pelo governo de SC dando origem à EPAGRI, diminuem sensivelmente a autonomia e os recursos dedicados à extensão rural e à pesquisa agropecuária. Como meio de continuar usufruindo dos benefícios

da pesquisa e aumentar a produtividade das lavouras, o Sindarroz-SC passa a investir na Epagri para a continuidade dos trabalhos de pesquisa.

Após o plano real, acontece aumento exorbitante das taxas de juros para financiamentos bancários, o que leva as cooperativas e produtores à grave crise financeira. Com esta realidade, os grupos agroindustriais do arroz que possuíam menor dependência do setor financeiro conseguem ampliar sua participação no mercado iniciando um processo de concentração e centralização do capital que até então não existia na industrialização do arroz.

Esta situação gera uma reorganização dos diversos agentes envolvidos na produção de arroz: industriais, sindicatos, produtores agrícolas, cooperativas, pesquisa agropecuária, extensionistas rurais entre outros.

Estes buscam diversas formas de representação e pressão junto ao governo para obtenção de suas reivindicações específicas e unem-se em torno de seus interesses comuns por meio do Programa de Qualidade Total do Arroz Parboilizado de SC, proposto pelo Sindarroz.

### **Bibliografia básica:**

- BESKOW, Paulo Roberto. **O Arrendamento Capitalista na Agricultura. Evolução e Situação Atual da Economia de Arroz no Rio Grande do Sul.** São Paulo: Hucitec, 1986.
- CHOLLEY, A. Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. In: **Boletim Geográfico**, nº 179 e 180, 1964.
- CUNHA, Idaulo José. **A Indústria Catarinense Rumo ao Novo Milênio.** Florianópolis: SEBRAE, 1997.
- DELGADO, Guilherme da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.** São Paulo: Unicamp/Cone, 1985.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. **As Agroindústrias no Brasil: O caso Sadia.** Chapecó: Grifos, 1999.
- ESPÍNDOLA, Carlos José, SILVA Marcos A. da. **Formação Sócio Espacial: Um Referencial aos Estudos sobre Industrialização**

- (notas). In: **Experimental**, nº 3. São Paulo: FFLCH-USP, setembro 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp/IE, 1996.
- MAMIGONIAN, Armen. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. Rio de Janeiro: CNG, 1966.
- \_\_\_\_\_. Vida Regional em Santa Catarina. In: **Orientação**, nº 2. São Paulo: USP, 1966a.
- \_\_\_\_\_. Indústria de Santa Catarina. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Teorias sobre a Industrialização Brasileira**. Florianópolis: UFSC, 2000.
- MARX, Karl. **O Capital**, livro 1 vol. I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MONTOYA, Marco, OLTRAMARI, Andrea et all. O Agronegócio da Região Sul no Período de 1985 a 1995. In: **Economia Aplicada** Vol. 5, nº 1. Departamento de Economia FEA-USP/FIPE. Janeiro-Março, 2001.
- NEDER, Henrique D. **Um Estudo sobre a Formação de Preços na Agricultura: aplicação para o mercado de arroz no Brasil**. Campinas: Unicamp/IE, 1994 (tese de doutorado em economia).
- OLINGER, Glauco. **Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.
- PIETA FILHO, Carlos, ZANINI NETO João Afonso. **A Pesquisa e a Economia da Cultura do Arroz em Santa Catarina**. Carta Enviada ao Governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira. Itajaí: EPAGRI, 1996 (mimeo).
- RANGEL, Ignácio. **A Inflação Brasileira**. São Paulo: Bional, 1963.
- \_\_\_\_\_. A História da Dualidade Brasileira. In: **Revista de Economia Política**, vol. 1, nº 4, outubro-dezembro/1981.
- \_\_\_\_\_. **Ciclo Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1982a.

- \_\_\_\_\_. **Economia: Milagre e Anti-Milagre.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 2ª ed. São Paulo: Bernal, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Dualidade Básica da Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: Bernal/IR, 1999.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: \_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- SWEEZY, Paul. **Capitalismo Moderno.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira.** Petrópolis: Vozes. 1985.
- ZANDONADI, Renato. **Fundamentos Técnicos para o Diagnóstico da Agricultura Brasileira 1980 a 1995.** Brasília: CNA, 1996.
- WAIBEL, Leo. **Princípios de Colonização Européia do Sul do Brasil. In: Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: CNG, 1956.

### **Relatórios e jornais**

- CARMONA, Paulo, TERRES, Arlei, SCHIOCCHET, Moacir. Avaliação Crítica dos Projetos do PNP-Arroz na Área de Melhoramento Genético, no período de 1980 a 1990: estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **A Pesquisa de Arroz no Brasil nos Anos 80: Avaliação Crítica dos Principais Resultados.** GOIÂNIA: EMBRAPA/CNPAF, 1994.
- CEPA (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina). **Síntese Anual da Agricultura em Santa Catarina.** Florianópolis: CEPA, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico Rural da Região Sul catarinense Vol. III.** Análise do Sistema de Produção Abastecimento e Consumo de Arroz, 1988.

- \_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Rural da Baixada Norte Catarinense**. Análise do Sistema de Produção Abastecimento e Consumo de Arroz, 1988c.
- \_\_\_\_\_. **Síntese Anual da Agricultura em Santa Catarina**. Florianópolis: CEPA, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Síntese Anual da Agricultura em Santa Catarina**. Florianópolis: CEPA, 1999.
- COOPERJURITI. **Produção Limpa**. Massaranduba: 1999 (mimeo).
- EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). **Sistema de Produção para Arroz Irrigado em Santa Catarina (Pré-Germinado)**. Sistemas de Produção n° 32. Florianópolis: EPAGRI, 1998.
- OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). **Números do Cooperativismo Brasileiro**, 1997.
- OCESC (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA). **Cooperativas Catarinenses**. Florianópolis: OCESC/ITEC, 2000.
- SANTA CATARINA. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral (GAPLAN), 1986.
- URBANO AGROINDUSTRIAL. **Perfil Empresarial Urbano**.
- WILKE, Juliana. Cooperativas Agropecuárias faturam 1,85 bi. In: **Gazeta Mercantil**, ano LXXX, n° 22002 – Quarta feira, 17/01/2001.

